

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Auditoria
Análise de Custos
Contabilidade e Orçamento Empresarial
Ética Profissional
Sistemas Contábeis II

**"CONTABILIDADE APLICADA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA INDUSTRIAL"**

Daniel de Faria Gonçalves
Felipe Augusto de C. Coelho
Luciano Valério da Silva
Luiz Felipe Duarte Fernandes
Samuel Rocha de Oliveira

**Belo Horizonte
17 Maio 2011**

Daniel de Faria Gonçalves
Felipe Augusto de Carvalho Coelho
Luciano Valério da Silva
Luiz Felipe Duarte Fernandes
Samuel Rocha de Oliveira

**"CONTABILIDADE APLICADA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA
EMPRESA INDUSTRIAL"**

Trabalho entregue às disciplinas: Análise de Custos, Contabilidade e Orçamento Empresarial, Sistemas Contábeis II, Ética Profissional e Auditoria do 6º Período do curso de Ciências Contábeis Noite do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC Minas BH.

Professores: Alex Magno Diamante
Amilson Carlos Zanetti
Giovanni José Caixeta
José Luiz Faria
José Ronaldo da Silva
Lesely Gonçalves V. S. Vitral

**Belo Horizonte
17 Maio 2011**

SUMÁRIO

RESUMO	03
PALAVRAS CHAVE	03
1 INTRODUÇÃO.....	03
2 HISTÓRIA DA ESAB.....	03
3 A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS ENTIDADES.....	04
3.1 Auditoria Interna e sua Importância	05
3.2 Auditoria na ESAB	06
3.3 Sistema de Controle Interno (Projeto Homero)	07
4 ÉTICA EMPRESARIAL.....	07
5 ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA FINS ORÇAMENTÁRIOS....	08
6 ANÁLISE DE CUSTO	09
6.1 Demonstrações Contábeis	09
6.2 Estoques	09
6.3 Imobilizado	10
6.4 Análises Comparativas dos Custos do Produto	12
6 SISTEMAS DIGITAIS UTILIZADOS PELA ESAB.....	13
6.1 Escrituração Contábil Digital	14
6.2 Nota Fiscal Eletrônica	14
6.3 FCONT	15
6.4 Escrituração Fiscal Digital	15
6.5 EFD PIS/COFINS	16
7 CONCLUSÃO	17
8 REFERÊNCIAS BIBLIGRÁFICAS	19
9 ANEXOS	20

RESUMO

Este artigo científico tem por finalidade enfatizar a aplicação dos conteúdos ministrados em sala de aula no âmbito da prática contábil de uma empresa do ramo industrial.

Diversas análises foram realizadas tendo por base os Demonstrativos Contábeis e Financeiros, as planilhas de suporte à produção, o Código de Ética da ESAB, dentre outros.

PALAVRAS CHAVE

Compromisso, Controle, Custos, Declarações, Orçamento, Planejamento, Responsabilidade, Segmento Industrial.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver conhecimentos sobre as matérias de Auditoria, Contabilidade e Orçamento Empresarial, Análise de Custos, Ética Profissional e Sistemas Contábeis II em uma empresa industrial.

Para isto, analisamos as demonstrações financeiras, notas explicativas e informações exclusivas fornecidas pela ESAB - Indústria e Comércio Ltda. para fins acadêmicos.

As demonstrações foram analisadas com o intuito de levantar informações sobre os custos para fabricação de seus produtos, do planejamento da empresa frente aos desafios e obstáculos do mercado mundial, do controle das atividades empresariais, do seu compromisso e responsabilidade com a população e o cumprimento das legislações vigentes.

2 HISTÓRIA DA ESAB

A ESAB foi fundada no ano de 1904 por Oscar Kjellberg, depois de sua invenção do eletrodo revestido, a empresa hoje

possui mais de 100 anos de pesquisa, desenvolvimento e produção contínuos e se tornou líder mundial no segmento de soldagem, atuando em mais de 80 países com 26 fábricas distribuídas nos quatro continentes.

Com sede e matriz em Contagem - MG, a ESAB tem por objeto social a fabricação, venda compra, exportação, importação, representação, consignação e locação de quaisquer produtos relativos a soldagem ou de quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias-primas, componentes, peças e correlatos, bem como a prestação de serviços, manutenção e assistência técnica aos seus produtos.

3 A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NAS ENTIDADES

Com a evolução da economia mundial, inclusive do Brasil que vem se mantendo como uma potência mundial e se consolidando com o progresso econômico; acompanhando esse progresso as organizações vêm cada vez mais a necessidade de gerarem informações com maior veracidade, para atender os seus usuários internos e externos bem como investidores, fornecedores, administradores entre outros.

A auditoria externa das empresas como S.As de capital aberto (Ações negociadas em bolsa), capital fechado de grande porte e organizações LTDA de grande porte a partir da lei 6.404/76 antiga lei das S.As substituída pela lei 11.638/07 e 11.941/64, determinam que esses tipos de empresa devem manter a auditoria externa e que sejam fiscalizadas pelos órgãos reguladores para suas demonstrações financeiras.

Partindo do pressuposto que o auditor externo tem seu trabalho delatado pelas normas aplicadas no país e a legislação aplicável ao cliente, ele tem o ímpeto de apresentar aos usuários da entidade as demonstrações financeiras do período examinado, dando mais credibilidade e veracidade nas informações. Todas suas tarefas são delimitadas

pelo contrato de auditoria, ou seja, o auditor verifica os campos determinados pelo contrato com ética e opinião pública (parecer). (CREPALDI, 2010, p.36).

Os procedimentos de Auditoria Externa são divididos em testes de observância e testes substantivos. Primeiramente são realizados os testes de observância, nos quais verifica-se a existência, efetividade e continuidade dos controles internos, com base em critérios estabelecidos pelo *Internal Control – Integrated Framework* emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e em normas estabelecidas pelo *Public Company Accounting Oversight Board* (PCAOB) dos Estados Unidos. Validamos que os controles internos da Esab são conduzidos de acordo com estes critérios e normas.

A auditoria bem como qualquer outra atividade corre risco nas suas funções e o auditor está fadado à emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre as demonstrações contábeis. Este risco possui três características: *risco inerente*, o qual apresenta uma distorção que possa ser relevante; *risco de controle*, que é apresentar uma distorção que não possa ser evitada ou detectada e corrigida de forma tempestiva; *risco de detecção*, que enfatiza os procedimentos que são executados pelo auditor para reduzir os riscos de auditoria.

3.1 Auditoria Interna e sua Importância

Tão importante quanto à auditoria externa, a auditoria interna tem a finalidade de regulação, adequação e eficácia dos controles internos da entidade, e maior aprofundamento nos testes e validações visando a eficiência operacional e administrativa.

Segundo CREPALDI (2010, p. 36), o auditor interno tem menor independência com a auditoria, o que o torna colaborador da entidade, existindo um vínculo empregatício e dependência

hierárquica da administração, o que tenderia as duas opiniões a incluir nos interesses da empresa, sempre em linha de dependência da direção empresarial.

3.2 Auditoria na ESAB

Com a evolução da economia mundial, inclusive do Brasil que vem se mantendo como uma potência mundial e se consolidando com o progresso econômico; acompanhando esse progresso as organizações vêm cada vez mais a necessidade de gerarem informações com maior veracidade, para atender os SUS usuários internos e externos bem como investidores, fornecedores, administradores entre outros.

A empresa ESAB por se tratar de uma empresa limitada de grande porte, segue a legislação como as normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards (IFRS)* e a lei 11.638/07 e 11.941/64 é obrigada a contratação da auditoria externa.

A auditoria independente contrata pela empresa para validação dos testes no ano de 2010 foi a *Price Water House Coopers* empresa qual é consolidada no mercado compondo o Big Four (Price, Deloitte, Ernest Young e KPMG) grupo das 4 maiores empresas de auditoria do mundo.

A empresa supracitada foi contratada através de um consenso dos sócios da entidade, para a validação das demonstrações financeiras. A auditoria auxiliou nos pontos de controle internos trabalhando juntamente com a auditoria interna, com levantamento de um total de 25 pontos no relatório atual (2010). Segundo Sr. Marcelo Melo *controller* da entidade e responsável técnico pela contabilidade e emissão das informações financeiras, a auditoria externa trouxe mais tranquilidade não só para os terceiros da empresa, assim como o setor contábil e financeiro, pois as atividades são

revisadas por profissionais capacitados que possuem independência e não geram conflitos de interesses.

3.3 Sistema de Controle Interno (Projeto Homero)

A ESAB criou a área de controle internos com o intuito de melhorar o ambiente de controle da companhia, bem como auxiliar os processos dos negócios na aderência às políticas do grupo e melhores práticas de mercado. Dentre os controles internos destaca-se o projeto Homero, que foi desenvolvido para o aprimoramento do modelo de governança de Acessos ao sistema SAP, e diminuir o risco das informações geradas. Vide anexo A.

4 ÉTICA EMPRESARIAL

A ética pode ser entendida como o estudo da ação humana enquanto livre e pessoal. Sua finalidade é traçar normas inclinadas para o bem. Pode, portanto, ser definida como a ciência que trata do uso que o homem deve fazer da sua liberdade para atingir seu fim último.

As empresas também podem ter seu código de ética, que se compõe dos princípios e normas adotadas para orientação de seus colaboradores no cumprimento de regras éticas dentro do ambiente de trabalho.

O código de ética da ESAB estabelece padrões e políticas a serem seguidas pelos seus funcionários dentro e fora da empresa, bem como sua responsabilidade com a sociedade e o meio ambiente. A ESAB faz questão de que todas essas políticas estejam internalizadas no dia a dia de cada funcionário, para isso todos os colaboradores, incluindo terceiros, recebem juntamente com o crachá, as políticas de qualidade, ambiental e de saúde e segurança (CÓDIGO de ética da ESAB). Vide anexo B.

Essas políticas abordam como cada colaborador deve se comportar diante das tomadas de decisões e tarefas diárias, que exigem a todo tempo atitudes que devem ter como base a ética empresarial e a boa conduta no ambiente de trabalho.

Este procedimento permite que a entidade tenha sempre uma postura ética perante a sociedade, garantindo assim a continuidade da empresa no mercado mundial. (CÓDIGO de ética da ESAB).

Todas essas normas de conduta, que empresa cobra dos funcionários, têm como principal objetivo assegurar o cumprimento dos valores e obrigações que a sociedade exige, obtendo desta forma seu reconhecimento social.

5 ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA FINS ORÇAMENTÁRIOS

Segundo Caixeta (2005, p.3), um orçamento não é uma simples previsão, mas um planejamento almejando um determinado resultado e um controle destinado a aumentar as probabilidades de alcançá-lo, sendo uma sistemática de planejamento e controle.

Pelo fato de ser uma multinacional a Esab apresenta e elabora os Orçamentos em dólar por decisão da alta administração da empresa, mas não se obteve mais informações sobre esses dados e nem sobre a conversibilidade para a moeda nacional brasileira para fins de comparação.

Em observação ao Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Esab verificou-se que as variações de algumas contas podem interferir nos Orçamentos da empresa para o ano de 2011. Como a conta de Estoques, onde o aumento de aproximadamente 27% de 2009 para 2010 produzirá efeitos no Orçamento de Produção e conseqüentemente o Orçamento 2011. As maiores diferenças desta conta ficam por conta dos estoques de produtos acabados e o estoque de matérias primas.

Outra conta que influenciará diretamente nas projeções dos Orçamentos para 2011 da Esab é a conta de Impostos e Contribuições a Recuperar onde a sua maior composição é a recuperação de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - e IPI - Imposto Sobre Produto Industrializado - que juntas representam cerca de 62% do total desta conta. O valor do ICMS a recuperar se deve ao fato de as alíquotas das operações de entrada e saída serem diferentes, o que impacta diretamente no Orçamento de vendas e principalmente no Orçamento de Matérias Primas da Esab, pois a não cumulatividade deste imposto fará com que o valor desta conta aumente. Uma solução para reduzir este saldo é o pedido de suspensão da incidência do tributo na entrada para que se possa compensar na saída sem gerar novos créditos, ou ainda, negociar este crédito com outras empresas que tenham saldo devedor maior que o credor para que se venda este crédito.

6 ANÁLISE DE CUSTO

6.1 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

5.2 Estoques

Os estoques da Esab são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel/Custo Médio, é assim chamado aquele mantido por empresa com controle constante de seus estoques e por esse critério os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição, apurados a cada entrada de mercadorias, ponderado pelas quantidades adquiridas

e pelas anteriormente existentes. O método de avaliação do estoque ao custo médio é aceito pelo Fisco e usado amplamente pelas empresas. (MARTINS, 2010, p. 118).

É importante destacar também neste ponto, a preocupação da empresa em atender as normas exigidas pelo fisco, garantido o cumprimento da sua política interna e o código de ética estabelecido pela administração.

Apresentação da fórmula:

$$\text{Média Ponderada Móvel} = \frac{\text{Valor Total do Saldo}}{\text{Quantidade do Saldo}}$$

Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

5.3 Imobilizado

Terrenos, máquinas e equipamentos e edifícios compreendem principalmente fábricas e escritórios são demonstrados pelo valor reavaliado. Conforme facultado pela Lei 11.638/07 e pelo Pronunciamento CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07.

A depreciação é calculada pelo método linear, que decorre em dividir o valor a ser depreciado pelo tempo de vida útil do bem, e é representada pela fórmula:

$$\text{Depreciação: } \frac{\text{Custo (incluindo eventuais reavaliações contabilizadas) menos Valor Residual Estimado}}{\text{Período de Vida útil}}$$

No ano de 2009, a Esab contratou uma empresa de consultoria para reavaliar a vida útil de seus Ativos Imobilizados, principalmente máquinas e equipamentos de

produção. Provocando com isso um aumento significativo nos tempos de depreciação, conseqüentemente, a organização teve uma redução nas tarifas das parcelas mensais de depreciação, impactando diretamente nos custos das atividades dos chamados Gastos Gerais de Fabricação. Melhorando assim o seu Resultado Operacional, a posição patrimonial e os índices econômicos e financeiros, permitindo que a empresa apresente uma posição mais sólida e valores mensurados mais próximos da realidade, isso elimina ou ao menos reduz problemas de valores apresentados no balanço não refletir o valor de mercadoria daquele ativo. E outro ponto importante seria a determinação da vida útil dos equipamentos, pois com a reavaliação, a empresa passa, a saber, a vida útil remanescente de seus ativos.

Para mencionada revisão, que teve como data base 31 de dezembro de 2009, a metodologia para fixação da Vida Útil Econômica Remanescente foi estabelecida mediante vistorias, pesquisas e análises técnicas para cada tipo de ativo, tais como planos de manutenção, certificações da empresa, formas de utilização dos bens, sazonalidades, obsolescência, adequação dos bens no mercado, entre outras. Quanto a Vida Útil Econômica Total, a fixação se deu por meio de pesquisas no mercado para se estabelecer a vida útil dos respectivos bens.

Com o término do trabalho novas taxas de depreciação foram apresentadas a entidade e serão utilizadas no ano de 2011. Vide anexo L.

Após a revisão da vida útil, analisamos e confrontamos os anos de 2009 e 2010 e diagnosticamos que na coluna Vida Útil Econômica Residual houve alterações relevantes como: Edifícios houve um aumento na vida útil de 59,72%, Equipamentos para CPD aumento na vida útil de 47,62%, Instalações aumento na vida útil de 66,67%, Licença uso Software aumento na vida útil de 25%, Máquinas e Equipamentos aumento na vida útil de 70,13%, Móveis e Utensílios aumento na vida útil de 57,50%, Terrenos

não deprecia, portanto não houve análise da vida útil e veículos aumento da vida útil em 65,85%. Vide anexo C.

5.4 Análises Comparativas dos Custos do Produto

A ESAB possui hoje uma gama de produtos para comercialização, divididos por grupos, conforme anexo D.

A análise comparativa de cálculo de custos de produtos foi feita com o produto "carro chefe" da entidade, com a quantidade de 1.000 (um mil) unidades de Eletrodos Comuns (OK 48.04 3,25 x 350 MM - LT 15kg), que possuem maior receita líquida comparada aos demais de seu grupo, com cerca de 95,50% a mais de receita líquida confrontada com o segundo produto no ano de 2010. Vide anexo E.

A análise iniciou-se pelas quantidades faturadas pela empresa, confrontando os anos de 2009 e 2010 houve um aumento de 5,48% nas vendas, impactando também um aumento de 7,74% na Receita Bruta, 8,02% na Receita Líquida, 9,08% no CPV (Custos dos Produtos Vendidos) e 6,68% na Margem de Contribuição Total, que consiste na diferença entre Receita e o Custo Variável de cada produto. É o valor que cada unidade efetivamente traz à empresa de sobra entre sua receita e o custo que de fato provocou e lhe pode ser imputado sem erro (MARTINS, 2010, p. 179). Vide anexos F e G.

Diagnosticamos que o custo principal para a fabricação dos Eletrodos Comuns (OK 48.04 3,25 x 350 MM - LT 15kg) são os Arames ZA, que representam 56,063% dos custos diretos de fabricação, que são os custos vinculados diretamente ao produto, para a sua identificação e mensuração basta haver uma medida de consumo (MARTINS, 2010, p. 48). Vide anexo H.

A variação do preço dos Arames ZA reflete de forma relevante no resultado da empresa (CPV). Exemplificando o ano de 2010 que houve uma redução de 15% no preço e conseqüentemente uma redução significativa no Custo Total

Real, que representa os Custos Variáveis, que são os custos que variam com a quantidade produzida, mais os Custos Fixos, que são os custos independentemente de aumentos ou diminuições naquele mês do volume elaborado de produto não se alteram (MARTINS, 2010, p. 49-50).

No ano de 2009 a empresa obteve um custo total de produção dos Eletrodos Comuns (OK 48.04 3,25 x 350 MM - LT 15kg) no valor de R\$ 3.201,58. Composto este preço temos: R\$ 2.325,93 que se referem às matérias prima, R\$ 443,49 que se referem aos Gastos Gerais de Fabricação, também conhecidos como custos indiretos de fabricação, que é todo o custo que não está vinculado diretamente ao produto, mas sim ao conjunto do processo produtivo, que são mensurados através do critério de rateio (MARTINS, 2010, p. 49), R\$ 244,47 que referem se a Mão de Obra Direta e R\$ 187,69 que se referem à utilização de embalagens. Vide anexo I.

No ano de 2010 a empresa obteve um custo total de produção dos Eletrodos Comuns (OK 48.04 3,25 x 350 MM - LT 15kg) no valor de R\$ 2.793,63, havendo uma redução de 12,74% comparada a 2009. Composto este preço temos: R\$ 2.091,07 que se referem às matérias prima, que reduziram 10,10%, R\$ 285,97 que se referem aos Gastos Gerais de Fabricação, que reduziram 35,52%, R\$ 217,30 que se referem a Mão de Obra Direta, que reduziram 11,11% e R\$ 199,29 que se referem à utilização de embalagens, que aumentaram 6,18%. Vide anexos J e K.

6 SISTEMAS DIGITAIS UTILIZADOS PELA ESAB

A ESAB é optante pelo regime de tributação Lucro Real, sendo esta uma empresa da atividade comercial. Neste contexto a ESAB está obrigada a entregar a Receita Federal do Brasil a escrituração digital de suas operações comerciais.

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído por meio do decreto nº 6022, de 22 de janeiro de

2007, estabelecendo mais um avanço na informatização das escriturações contábeis e fiscais.

Este tem o objetivo de unificar a recepção, armazenamento, validação e autenticação dos documentos integrantes da escrituração fiscal e comercial das sociedades empresárias.

Estes livros são emitidos eletronicamente, o que não isenta a responsabilidade da sociedade empresaria de manter a guarda destes livros. Os usuários do SPED são a Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, os Estados, Municípios bem como as entidades públicas de administração direta e indireta. As informações contidas no Sped serão compartilhadas com esses usuários na proporção de sua capacidade legislativa.

Por sua vez, a Secretaria da Receita Federal tem como responsabilidade viabilizar a implantação e funcionalidades do Sped, estabelecer às restrições as informações e prezar pela eficácia dos processos envolvidos.

As obrigações a serem entregues a Receita Federal do Brasil abrangem as seguintes escriturações:

6.1 Escrituração Contábil Digital

Este é constituído pelo envio em arquivo digital das informações registradas no livro Diário e livros auxiliares, livro Razão, livro Balancetes Diários Balanços e fichas de lançamento, comprobatórias das informações constituídas em tais livros.

6.2 Nota Fiscal Eletrônica

A nota fiscal eletrônica constitui-se em um projeto desenvolvido, de forma conjunta, pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal. Este tem por objetivo viabilizar as informações ao fisco, facilitar o cumprimento as

obrigações e recolhimentos tributários, dirimir os custos fiscalização das mercadorias em transito, reduzir a sonegação e conseqüentemente aumentar a arrecadação, eliminar o acúmulo de papéis contribuindo para preservação do meio ambiente, possibilitar o cruzamento rápido e fácil das informações através das informações eletrônicas. Desta forma, para emissão das notas fiscais eletrônicas foi necessário por parte da ESAB e dos desenvolvedores de seus softwares a adaptação e a atualização de seus sistemas de software, com intuito de estabelecer a comunicações entre o sistema ERP e o servidor da Secretaria da Fazenda das Unidades Federativas e a Receita Federal.

6.3 FCONT

Conforme normativa RFB nº 949/09 o FCONT é a escrituração das contas patrimoniais e de resultado considerando os métodos e critérios contábeis em vigo em 12/2007.

6.4 Escrituração Fiscal Digital

Composta por um arquivo digital que compreende as escriturações dos documentos fiscais dentre outras informações destinadas ao fisco, bem como registro dos recolhimentos dos impostos referentes às operações executadas pelo contribuinte.

Em sua amplitude tem como objetivo substituir em longo prazo os livros de registro de entrada e saída de mercadoria, bem como o Sintegra. Esta escrituração deverá ser assinada digitalmente pelo responsável legal da sociedade empresaria e posteriormente transmitido ao ambiente do SPED. Esta escrituração deverá ser transmitida por meio do programa da Receita Federal "PAV", que além de transmitir os arquivos, aponta os erros possibilitando as correções antes da entrega do mesmo.

6.5 EFD PIS/COFINS

Trata-se da escrituração digital da Contribuição PIS/PASEP e da COFINS, nos regimes não cumulativo e cumulativo, com base nos documentos e operações que representam as receitas auferidas, compreendendo os custos, despesas, encargos e aquisições de créditos.

O prazo para as empresas do Lucro Real, no caso da ESAB, é até 07 de julho de 2011. O arquivo a ser entregue deverá estar de acordo com o estabelecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil através do programa validador fornecido pela própria Secretaria. Este programa permitira a importação, validação, edição e emissão dos registros e relatórios referentes à escrituração.

Fora do âmbito do SPED temos outras obrigações tais como; **Sintegra** que abrange o conjunto de procedimentos administrativos e computacionais adotados por quase todas as Unidades e Administrações Federativas com o objetivo de simplificar e homogeneizar as informações que deverão ser entregues ao fisco da Unidade Federativa. O arquivo magnético a ser entregue deverá conter todas as informações referentes às operações de compra, venda aquisições e prestações efetuadas pelo contribuinte. Estas informações contidas no arquivo magnético serão entregues as Administrações Tributárias das Unidades Federativas por meio do Programa Validador Sintegra que apontará os erros, advertências encontradas nos arquivos e permitirá à entrega do mesmo a Administração tributaria estadual. A **Dacon-Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais** que é entregue pelo programa fornecido pela RFB, a qual foi instituída pela Instrução Normativa SRF nº 387, de 20 de janeiro de 2004, em substituição do Demonstrativo de Apuração de Contribuição para

o PIS/PASEP na cumulativo. A **DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais** é a declaração dos débitos e créditos de tributos federais que tem por objetivo a prestação de informações relativas a valores de débitos de tributos e contribuições federais e os respectivos valores dos créditos, tais como pagamentos, parcelamentos ou compensações, esta será entregue a RFB via internet através dos programas geradores fornecidos pela Receita Federal do Brasil.

A **DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte** é a declaração realizada pela fonte pagadora, com o objetivo de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil o valor do imposto de renda e/ou contribuições retidas na fonte, dos rendimentos pagos ou creditados para seus beneficiários. Estão obrigados a entregar DIRF caso tenham pago ou creditado rendimentos que tenham sofrido retenção do imposto de renda na fonte, ainda que em um único mês do ano-calendário a que se referir a declaração, por si ou como representantes de terceiros. Esta deverá ser transmitida a RFB por via internet por meio do programa fornecido pela Receita Federal do Brasil. O contribuinte localizado no Estado de Minas Gerais, está obrigado a preencher e entregar a **DAMEF -Declaração Anual do Movimento Econômico e Fiscal**, a **VAF-A** que constitui o valor adicionado fiscal e por conseguinte a **GI/ICMS Guia de Informações das Operações e Prestações Interestaduais**. A DAMEF tem por objetivo fornecer dados percentuais para formação dos indicadores de participação dos municípios no montante de ICMS que lhes foi destinado.

7 CONCLUSÃO

Através do estudo realizado, verificamos que a auditoria tem a responsabilidade de verificar a veracidade e idoneidade dos processos fiscais, financeiros e os que agregam valor patrimonial à empresa. Para que o trabalho de auditoria tenha

um caráter de excelência é necessário que a empresa cumpra com as suas obrigações fiscais e contábeis perante os órgãos federais e municipais. Através dos orçamentos realizações como anteposto das operações de aquisição e venda, a empresa pode assim avaliar os impactos positivos e negativos em sua estrutura. Bem como estabelecer através da avaliação dos seus custos o seu resultado presente e as projeções para o futuro. Todo este trabalho deve ser realizado prezando da ética profissional.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAIXETA, Giovanni José. **Material de apoio de acompanhamento da disciplina**. 2005. 131 f. Apostila (Contabilidade e Orçamento Empresarial) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais, Departamento de Ciências Contábeis, Belo Horizonte.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: Teoria e Prática**. 6ªed. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 2, p. 27-57.

Martins, Eliseu. Materiais Diretos. In: Martins, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 10, p. 118.

Martins, Eliseu. Custo Fixo, Lucro e Margem de Contribuição. In: Martins, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 15, p. 179.

Martins, Eliseu. Algumas Classificações e Nomenclaturas de Custos. In: Martins, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2010. Cap. 04, p. 48-50.

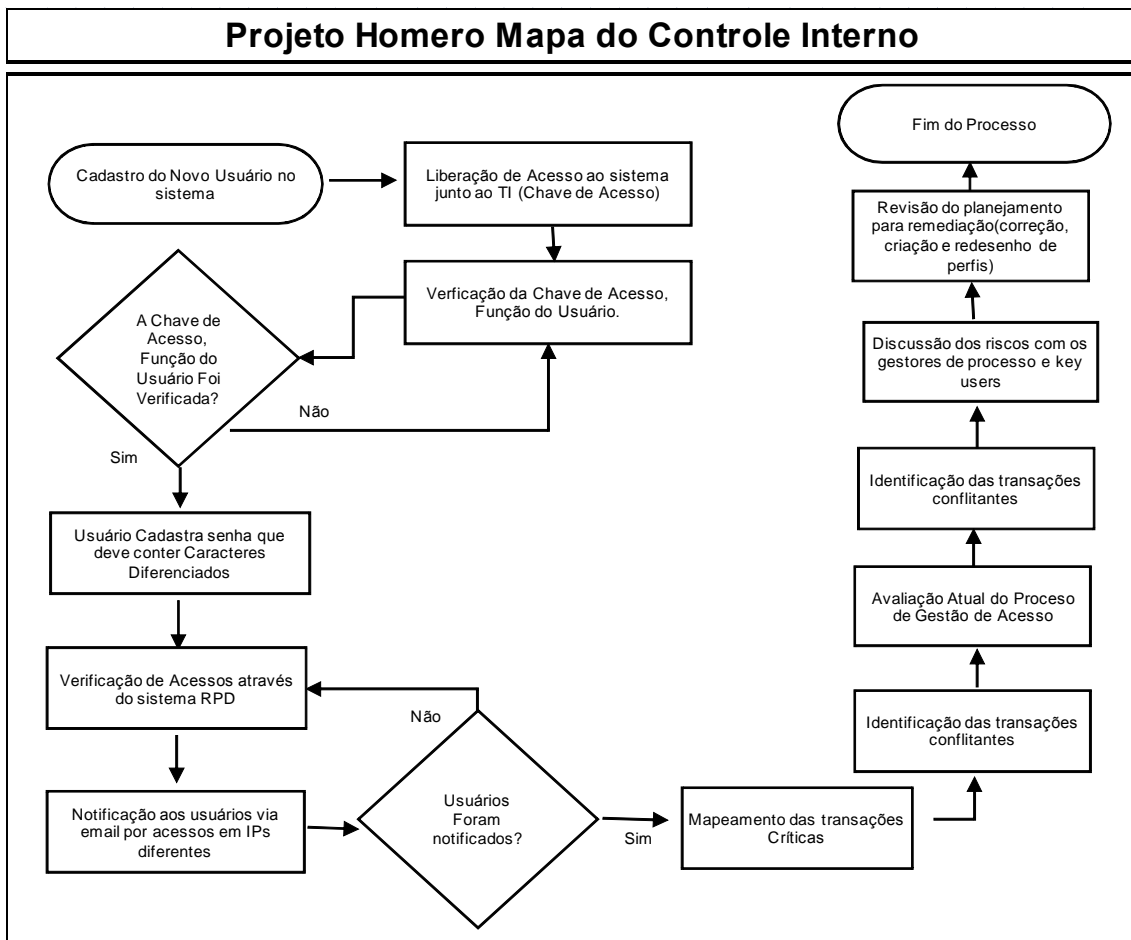
Receita Federal do Brasil, 15 maio. 2011. Disponível em : <www1.receita.fazenda.gov.br> Acesso em 15 maio 2011

Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, 15 maio. 2011. Disponível em : <www.fazenda.mg.gov.br> Acesso em 15 maio 2011

9 ANEXOS

Anexo A - Sistema de Controle Interno (Projeto Homero)

- Mapeamento das transações críticas (relacionadas ao negócio e TI);
- Mapeamento das transações customizadas juntos aos analistas funcionais dos módulos SAP e gestores de processo para entendimento e classificação do risco envolvido;
- Identificação das transações conflitantes;
- Apoio na elaboração da matriz de transações conflitantes;
- Avaliação do atual processo de gestão de acesso (concessão, manutenção e revogação);
- Discussão dos riscos com os gestores de processo e key users;
- Revisão do planejamento para remediação (correção, criação e redesenho dos perfis).

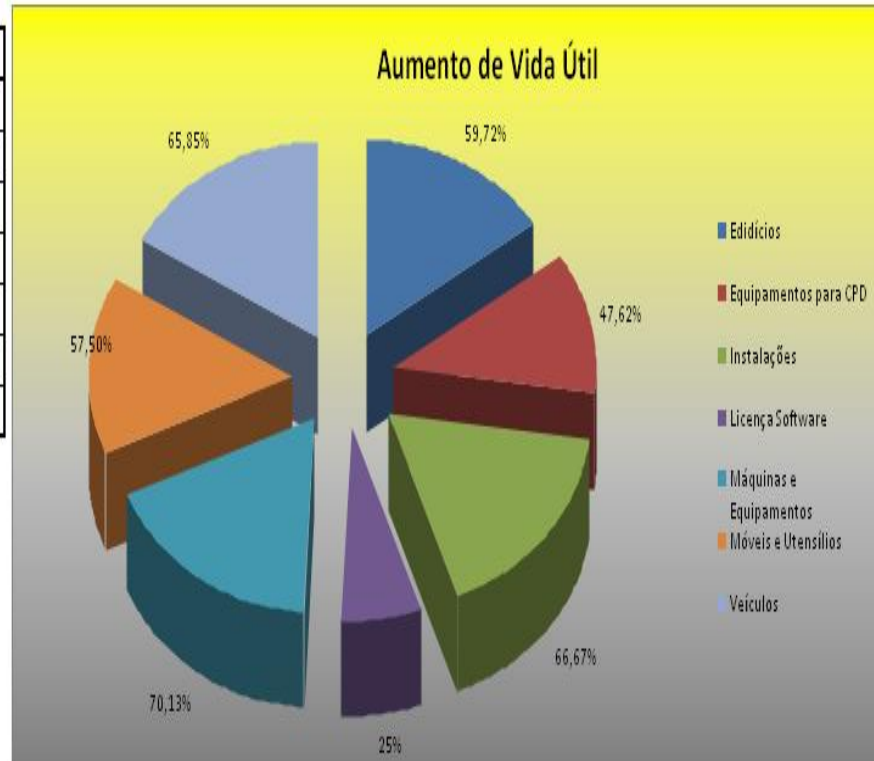


Anexo B - Política Ambiental de Saúde e Segurança:

- Melhorar continuamente nosso desempenho ambiental de saúde e segurança, conservando os recursos naturais, prevenindo a poluição e fornecendo locais de trabalho e produtos seguros.
- Garantir que as nossas instalações e produtos estejam de acordo com os requisitos legais, normativos e com os padrões da ESAB.
- Utilizar a abordagem do ciclo de vida para minimizar o impacto ambiental, de saúde e segurança dos nossos produtos e serviços, desde a extração de matérias primas até o fim da vida do produto.
- Educar, motivar e envolver nossos colaboradores para que contribuam com o nosso comprometimento ambiental, de saúde e segurança e com esta política.
- Encorajar nossos contratos, fornecedores e consultores e aderirem aos mesmos padrões que nós.
- Comunicar abertamente nosso desempenho ambiental, de saúde e segurança e participar de iniciativas externas que melhoram nosso conhecimento e performance.
- Assegurar que qualquer acidente seja relatado, adequar o monitoramento e a medição da nossa performance ambiental, de saúde e segurança e constantemente fornecer garantia de que o nosso processo e sistema de gerenciamento estejam adequados.

Anexo C

Aumento de Vida Útil	
Edifícios	59,72%
Equipamentos para CPD	47,62%
Instalações	66,67%
Licença Software	25%
Máquinas e Equipamentos	70,13%
Móveis e Utensílios	57,50%
Veículos	65,85%



Anexo D

Produtos Comercializados pela ESAB		
Grupo. de Material	Código	Material
<i>Eletrodos Comuns</i>	000000000000300001	CONARCO A-18 2,50X350MM - LT 15KG
	000000000000300023	CONARCO A-13 4,00X350MM - LT 20KG
	000000000000300027	OK 33.80 3,25X450MM -LT 20KG
	000000000000300036	E7018-1 2,50X350MM - LT 15KG
	000000000000300037	OK 33.80 6,00X700MM -CX 50KG
	000000000000300044	OK 46.00 4,00X350MM -LT 20KG TARJADA
	000000000000300046	OK 46.00 6,00X450MM -LT 25KG
	000000000000300054	OK 33.80 5,00X700MM -CX 50KG
	000000000000300071	OK 48.04 6,00X450MM -LT 25KG
	000000000000300076	OK 46.00 3,25X350MM -LT 20KG
	000000000000300083	OK 33.30 5,00X450MM -LT 20KG
	000000000000300085	CONARCO A-13 3,25X350MM - LT 20KG
	000000000000300089	NUFIVE 4,00X350MM - LT 20KG
	000000000000300099	OK 48.04 3,25X350MM -LT 15KG
	000000000000300102	OK 46.00 2,50X350MM -LT 18KG TARJADA
	000000000000300109	EC 4801 2.50MM
Totalizando 164 Materiais do Grupo Eletrodos Comuns		
Eletrodos Especiais	Arame Arco Submer.	
Arames Tubulares	Eqp e Pecas Eutect.	
Arames MIG	EPI e Acessórios	
Fluxos	Equip. para Gases	
Máquinas	Brazagem	
Produtos Nederman	Varetas TIG	
Peças/Acessórios	Placas Antidesgaste	
Corte/CNC	Serviços	
Automatização	Outros	

 Produto analisado

 Grupos não analisados

Anexo E

Grupo de Material 01 Eletrodos Comuns

Ano: 2009

Número Material: 151

Material	Qtd.faturada		Receita Bruta	Receita Liq.	Custo Real		M.Contr.Liq.
Total	25.491.905,50	KG	169.980.107,39	124.347.148,67	85.539.393,64	BRL	38.807.755,03
0300099 OK 48.04 3,25X350MM -LT 15KG	4.203.835,00	KG	32.122.824,66	23.080.986,40	12.896.554,71	BRL	10.184.431,69
0300141 OK 48.04 4,00X450MM -LT 25KG	2.300.755,00	KG	14.707.894,45	11.146.201,84	6.849.438,57	BRL	4.296.763,27
0300337 OK 48.04 2,50X350MM -LT 15KG	1.884.985,00	KG	15.358.727,74	10.861.564,85	8.600.202,94	BRL	2.261.361,91
0301673 OK SERRALHEIRO 2,50X350MM - CX 5	2.051.460,00	KG	11.726.690,92	8.842.191,68	6.927.504,86	BRL	1.914.686,82
Demais do Grupo	13.455.175,50	KG	84.242.649,13	61.832.195,35	45.441.236,50	BRL	16.390.958,85

Grupo de Material 01 Eletrodos Comuns

Ano: 2010

Número Material: 151

Material	Qtd.faturada		Receita Bruta	Receita Liq.	Custo Real		M.Contr.Liq.
Total	29.049.709,00	KG	189.151.813,58	139.452.029,35	92.583.128,39	BRL	46.868.900,96
0300099 OK 48.04 3,25X350MM -LT 15KG	4.434.175,00	KG	34.610.597,56	24.931.291,59	14.067.038,13	BRL	10.864.253,46
0300141 OK 48.04 4,00X450MM -LT 25KG	2.443.290,00	KG	17.055.295,46	12.752.572,60	7.289.827,38	BRL	5.462.745,22
0300337 OK 48.04 2,50X350MM -LT 15KG	2.132.695,00	KG	17.679.490,35	12.452.147,25	7.223.572,86	BRL	5.228.574,39
0301673 OK SERRALHEIRO 2,50X350MM - CX 5	2.359.680,00	KG	13.415.798,48	10.147.090,33	7.786.694,10	BRL	2.360.396,23
Demais do Grupo	15.995.668,00	KG	93.402.940,28	69.834.734,80	51.065.433,76	BRL	18.769.301,04

Anexo F

Tabela de Análise Eletrodos Comuns OK 48.04 3,25 x 350 MM - LT 15kg

Meses	Quantidade Faturada	Med.	Receita Bruta	Rec. Líquida	CPV	MCT
janeiro-09	337.380,00	KG	R\$ 2.595.862,49	R\$ 1.844.062,69	R\$ 1.057.233,97	R\$ 786.828,72
fevereiro-09	374.820,00	KG	R\$ 2.859.617,15	R\$ 2.035.903,26	R\$ 1.272.695,28	R\$ 763.207,98
março-09	447.905,00	KG	R\$ 3.464.633,56	R\$ 2.492.488,58	R\$ 1.405.621,84	R\$ 1.086.866,74
abril-09	317.850,00	KG	R\$ 2.451.372,52	R\$ 1.767.356,57	R\$ 1.015.575,96	R\$ 751.780,61
maio-09	337.235,00	KG	R\$ 2.621.068,23	R\$ 1.877.581,98	R\$ 1.150.924,75	R\$ 726.657,23
junho-09	359.040,00	KG	R\$ 2.718.613,52	R\$ 1.969.738,72	R\$ 1.103.615,25	R\$ 866.123,47
julho-09	322.045,00	KG	R\$ 2.380.539,30	R\$ 1.752.424,36	R\$ 949.267,82	R\$ 803.156,54
agosto-09	371.445,00	KG	R\$ 2.823.259,49	R\$ 2.034.036,47	R\$ 1.074.487,73	R\$ 959.548,74
setembro-09	367.250,00	KG	R\$ 2.775.929,70	R\$ 2.000.412,59	R\$ 1.049.514,48	R\$ 950.898,11
outubro-09	301.575,00	KG	R\$ 2.351.580,50	R\$ 1.674.847,71	R\$ 884.145,12	R\$ 790.702,59
novembro-09	388.455,00	KG	R\$ 2.965.106,25	R\$ 2.122.378,93	R\$ 1.088.488,99	R\$ 1.033.889,94
dezembro-09	278.835,00	KG	R\$ 2.115.241,95	R\$ 1.509.754,54	R\$ 844.983,52	R\$ 664.771,02
Total 2009	4.203.835,00		R\$ 32.122.824,66	R\$ 23.080.986,40	R\$ 12.896.554,71	R\$ 10.184.431,69
janeiro-10	376.140,00	KG	R\$ 2.804.779,58	R\$ 2.031.773,52	R\$ 1.054.637,81	R\$ 977.135,71
fevereiro-10	317.475,00	KG	R\$ 2.446.730,52	R\$ 1.741.125,13	R\$ 951.964,41	R\$ 789.160,72
março-10	375.345,00	KG	R\$ 2.907.008,13	R\$ 2.059.964,01	R\$ 1.178.184,42	R\$ 881.779,59
abril-10	453.525,00	KG	R\$ 3.448.949,22	R\$ 2.471.503,45	R\$ 1.472.131,37	R\$ 999.372,08
maio-10	401.235,00	KG	R\$ 3.079.831,49	R\$ 2.218.389,91	R\$ 1.487.936,40	R\$ 730.453,51
junho-10	364.965,00	KG	R\$ 2.920.318,51	R\$ 2.107.391,55	R\$ 1.191.243,77	R\$ 916.147,78
julho-10	369.730,00	KG	R\$ 2.952.503,28	R\$ 2.156.335,55	R\$ 1.242.870,11	R\$ 913.465,44
agosto-10	347.832,00	KG	R\$ 2.846.463,71	R\$ 2.047.419,40	R\$ 1.136.220,19	R\$ 911.199,21
setembro-10	381.780,00	KG	R\$ 2.996.396,73	R\$ 2.196.056,77	R\$ 1.181.363,23	R\$ 1.014.693,54
outubro-10	378.985,00	KG	R\$ 3.004.343,36	R\$ 2.152.107,28	R\$ 1.095.526,88	R\$ 1.056.580,40
novembro-10	375.288,00	KG	R\$ 2.923.909,27	R\$ 2.101.203,72	R\$ 1.071.724,10	R\$ 1.029.479,62
dezembro-10	291.875,00	KG	R\$ 2.279.363,76	R\$ 1.648.021,30	R\$ 1.003.235,44	R\$ 644.785,86
Total 2010	4.434.175,00		R\$ 34.610.597,56	R\$ 24.931.291,59	R\$ 14.067.038,13	R\$ 10.864.253,46

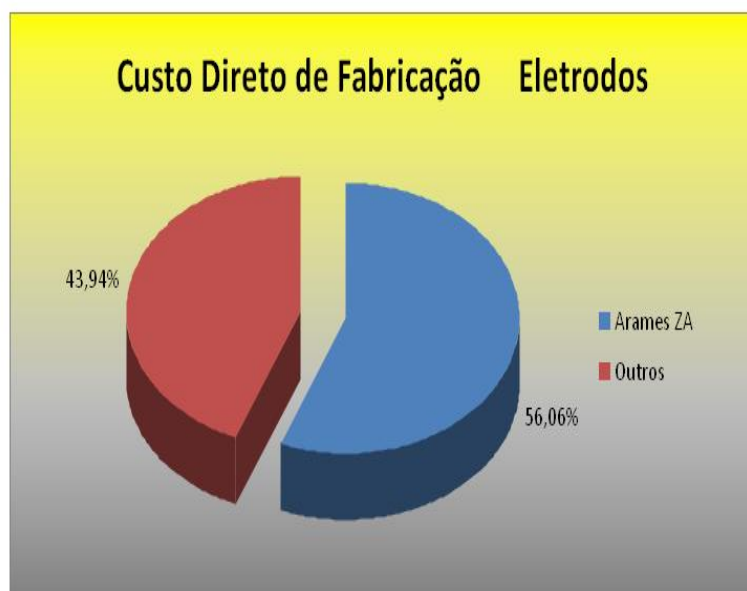
Anexo G

Resultado Operacional		
	2009	2010
Receita Bruta	R\$ 32.122.824,66	R\$ 34.610.597,56
Rec. Líquida	R\$ 23.080.986,40	R\$ 24.931.291,59
CPV	R\$ 12.896.554,71	R\$ 14.067.038,13
MCT	R\$ 10.184.431,69	R\$ 10.864.253,46



Anexo H

Custo Direto de Fabricação	Eletrodos
Arames ZA	56,06%
Outros	43,94%



Anexo I

Comparação Compacta de Custos						
Empresa:		ESAB Industria e Comércio Ltda				
Análise Comparativa de Cálculo de Custos de Produto						
Produto:		Eletrodos Comuns OK 48.04 3,25 x 350 MM - LT 15Kg				
Quantidade:		1000				
<i>Utilização de Matéria Prima</i>						
Ano 2009				Ano 2010		
Descrição	Quantidade	Valor	Preço MM	Quantidade	Valor	Preço MM
Arame ZA 3,25x350 mm	635,500	R\$ 1.794,90	R\$ 2.824,39	635,500	R\$ 1.525,67	R\$ 2.400,74
Po de Ferro	118,293	R\$ 192,45	R\$ 1.626,89	121,856	R\$ 198,25	R\$ 1.626,92
Ferro Silício Mangames 18%Si	24,941	R\$ 73,50	R\$ 2.946,95	21,378	R\$ 68,96	R\$ 3.225,75
Silicato de Potássio	57,009	R\$ 72,84	R\$ 1.277,69	57,009	R\$ 72,84	R\$ 1.277,69
Ferro Silício 45% Estabilizado	14,252	R\$ 51,22	R\$ 3.593,88	14,252	R\$ 51,22	R\$ 3.593,88
Fluorita	55,227	R\$ 43,77	R\$ 792,55	55,227	R\$ 71,62	R\$ 1.296,83
Rutilo	19,597	R\$ 35,11	R\$ 1.791,60	19,597	R\$ 37,06	R\$ 1.891,11
Dicromato Potássio	1,069	R\$ 14,61	R\$ 13.666,98	1,069	R\$ 14,29	R\$ 13.367,63
CMC	1,425	R\$ 14,40	R\$ 10.105,26	1,425	R\$ 11,65	R\$ 8.175,44
Silicato de Sódio 1.100 CP	24,942	R\$ 14,02	R\$ 562,10	24,942	R\$ 14,02	R\$ 562,10
Calcario	106,891	R\$ 9,16	R\$ 85,69	106,891	R\$ 14,62	R\$ 136,77
Potássia Caustica Líquida	1,337	R\$ 5,22	R\$ 3.904,26	1,337	R\$ 6,37	R\$ 4.764,40
Felspato de Potássio	14,252	R\$ 3,92	R\$ 275,05	14,252	R\$ 3,63	R\$ 254,70
Grafite 90% C	0,356	R\$ 0,81	R\$ 2.275,28	0,356	R\$ 0,85	R\$ 2.387,64
Total Matéria Prima	*	R\$ 2.325,93	*	*	R\$ 2.091,05	*

Anexo J

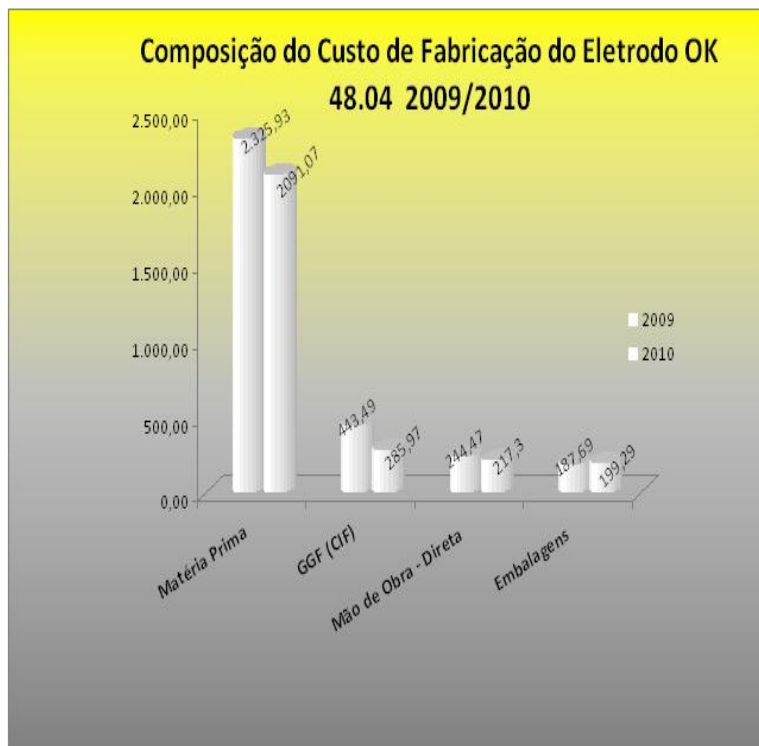
<i>Mão de Obra</i>				
Ano 2009			Ano 2010	
Descrição	Qtde/Hora	Valor	Qtde/Hora	Valor
Embalar	0,260	R\$ 42,88	0,260	R\$ 35,90
Secar em alta temperatura	1,540	R\$ 63,01	1,540	R\$ 56,59
Secar em baixa temperatura	0,430	R\$ 17,59	0,430	R\$ 15,80
Prensar	0,520	R\$ 92,24	0,520	R\$ 82,78
Misturar	0,520	R\$ 13,98	0,520	R\$ 14,84
Fabricação Mistura Seca	0,356	R\$ 14,77	0,356	R\$ 11,39
Total MO	3,626	R\$ 244,47	3,626	R\$ 217,30

<i>Gastos Gerais de Fabricação</i>				
Ano 2009			Ano 2010	
Descrição	Qtde/Hora	Valor	Qtde/Hora	Valor
Embalar	0,260	R\$ 57,54	0,260	R\$ 41,82
Secar em baixa temperatura	0,430	R\$ 24,42	0,430	R\$ 16,02
Prensar	0,520	R\$ 204,88	0,520	R\$ 132,29
Misturar	0,520	R\$ 20,43	0,520	R\$ 17,80
Fabricação Mistura Seca	0,356	R\$ 48,75	0,356	R\$ 20,68
Secar em baixa temperatura	1,540	R\$ 87,47	1,540	R\$ 57,36
Total GGF	3,626	R\$ 443,49	3,626	R\$ 285,97

<i>Utilização de Embalagens</i>				
Ano 2009			Ano 2010	
Descrição	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Lata 364 OK - Estanque	67	R\$ 141,37	67	R\$ 150,08
Tampa 130x130mm - Azul - Estanque	67	R\$ 14,74	67	R\$ 15,41
Paleta 1000 x 1200mm	1	R\$ 26,39	1	R\$ 28,71
Saco PEBD 226 x 130 x 0,35 - SANF 50C	1	R\$ 5,19	1	R\$ 5,09
Total Embalagens	*	R\$ 187,69	*	R\$ 199,29

Anexo K

Ano	2009	2010	Variação
Matéria Prima	2.325,93	2091,07	-10,10%
GGF (CIF)	443,49	285,97	-11,11%
Mão de Obra - Direta	244,47	217,3	-35,52%
Embalagens	187,69	199,29	6,18%



Anexo L: Vida útil

Taxas de depreciação após revisão vida útil

	Taxas anuais de depreciação Anterior (%)	Bens Adquiridos até 2009		Bens Adquiridos a partir de 2010	
		Vida Útil Econômica Residual Média (Anos)	Média Taxa Anual Depreciação com base VUER (%)	Média Vida Útil Econômica Estimada (Anos)	Média Taxa Anual Depreciação com base VUE estimada (%)
EDIFÍCIOS	4,0	36,0	2,78	57,5	1,74
EQUIPAMENTOS CPD	21,0	2,1	47,97	3,1	32,36
INSTALACOES	10,0	12,6	7,94	21,0	4,76
LICENCA USO SOFTWARE	20,0	2,4	41,67	3,0	33,33
MAQUINAS E EQUIPTOS	9,0	7,7	13,00	13,1	7,63
MOVEIS E UTENSILIOS	13,0	8,0	12,47	12,6	7,92
TERRENOS	-	-	-	-	-
VEICULOS	20,0	4,1	24,46	6,8	14,68